

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
 <i>CAPÍTULO 1</i>	
LEVANDO AS CONSEQUÊNCIAS A SÉRIO	21
1.1 Introdução e nota metodológica	23
1.2 Consequencialismo e deontologia	24
1.2.1 Consequencialismo como teoria ética	24
1.2.1.1 Consequencialismo e utilitarismo: as duas principais objeções	30
1.2.2 Deontologia.....	36
1.2.2.1 As principais objeções à deontologia.....	47
1.2.3 Tentativas de conciliação no plano ético entre consequencialis- mo e deontologia.....	50
1.3 Consequencialismo e teoria do direito.....	60
1.3.1 Formalismo jurídico e realismo jurídico.....	62
1.3.2 O consequencialismo de Neil MacCormick.....	65
1.4 Consequencialismo no momento da interpretação jurídica.....	74
1.4.1 Conceito de consequências.....	75
1.4.2 Vieses cognitivos e heurísticas	82
1.4.2.1 Contextualização: a descoberta dos vieses cognitivos e das heurísticas	85
1.4.2.2 Associações inconscientes e a força da coerência	91
1.4.2.2.1 Ilusões cognitivas	95
1.4.2.3 Viés de confirmação	105
1.4.2.4 Heurísticas de disponibilidade e de afeto	111

1.4.2.5 Alternativas de como lidar com heurísticas e vieses cognitivos.....	115
1.5 Considerações finais do capítulo	118

CAPÍTULO 2

O CAMINHO DO DIREITO ATÉ A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO 121

2.1 Introdução e nota metodológica do capítulo	121
2.2 O formalismo jurídico norte-americano	125
2.3 As raízes do realismo jurídico: a jurisprudência sociológica	134
2.4 O realismo jurídico.....	144
2.5 A <i>legal process school</i> e os desmembramentos posteriores.....	162
2.6 Caminhos diversos.....	170
2.7 Considerações finais do capítulo	172

CAPÍTULO 3

A UNIVERSIDADE DE CHICAGO..... 175

3.1 Introdução e nota metodológica do capítulo	175
3.2 A Faculdade de Direito	177
3.2.1 Ronald Coase e os custos de transação	183
3.3 O Departamento de Economia	200
3.3.1 Gary Becker e o modelo da escolha racional.....	202
3.3.1.1 Jeremy Bentham e a economia do comportamento fora de mercado.....	203
3.3.1.2 Gary Becker, racionalidade e incentivos	220
3.4 Considerações finais do capítulo	229

CAPÍTULO 4

ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E TEORIA DOS JOGOS..... 231

4.1 Introdução e nota metodológica do capítulo	231
4.2 Análise Econômica do Direito	233
4.2.1 O modelo da escolha racional e a importância dos incentivos.....	239
4.2.2 Alguns princípios fundamentais da economia aplicáveis ao direito	244
4.2.3 Teoria dos jogos: uma introdução	254
4.2.3.1 Os jogos e seus elementos.....	256

4.2.3.2	Equilíbrio de Nash.....	264
4.2.3.3	Problemas de ação coletiva.....	267
4.2.3.3.1	O dilema dos prisioneiros.....	269
4.2.3.3.2	A tragédia dos comuns	273
4.2.3.4	A caça ao cervo e o problema dos múltiplos equilíbrios de Nash.....	278
4.2.3.4.1	Ponto focal ou ponto de Schelling	286
4.2.3.5	Relações dinâmicas	289
4.2.3.6	Limites da teoria dos jogos.....	294
4.2.4	Análise positiva e análise normativa.....	296
4.2.4.1	Análise positiva	297
4.2.4.2	Análise normativa	303
4.3	O eficientismo ou maximização de riqueza de Richard Posner.....	305
4.3.1	Um meio termo entre Bentham e Kant.....	306
4.3.2	A maximização da riqueza como critério ético	313
4.3.3	Maximização da riqueza, análise positiva e análise normativa....	323
4.4	Considerações finais do capítulo	325

CAPÍTULO 5

A REAÇÃO AO PENSAMENTO DE RICHARD POSNER. CRÍTICAS E TRANSFORMAÇÕES.....		327
5.1	Introdução e nota metodológica do capítulo	327
5.2	Da insustentabilidade do critério da maximização da riqueza	327
5.2.1	Crítica: insustentabilidade da maximização da riqueza como critério ético de correção de conduta.....	328
5.2.2	Transformação total: da maximização da riqueza ao pragmatismo jurídico	335
5.2.2.1	O abandono do critério da maximização da riqueza	337
5.2.2.1.1	Custo-benefício e maximização da riqueza	342
5.2.3	Pragmatismo jurídico.....	346
5.2.3.1	Críticas ao pragmatismo jurídico de Posner.....	371
5.3	Desafios da economia comportamental à análise econômica do direito	374
5.3.1	Direito e Economia Comportamental ("Behavioral Law and Economics")	374

5.3.2	Transformação parcial: a incorporação da economia comportamental pela análise econômica do Direito.....	382
5.4	Considerações finais do capítulo	392

CAPÍTULO 6

A NOVA INTERPRETAÇÃO DAS CONSEQUÊNCIAS.....	393
6.1 Introdução e nota metodológica do capítulo	393
6.2 Deficiências do formalismo jurídico.....	395
6.2.1 Existência de duas ou mais interpretações jurídicas válidas	395
6.2.2 Preferências pessoais (elemento volitivo ou de escolha) ou exercício de função legislativa.....	413
6.2.3 Custos de transação.....	439
6.2.4 Desconsideração do plano da efetividade das normas	443
6.3 A nova interpretação das consequências	449
6.3.1 Integração das consequências à interpretação jurídica.....	450
6.3.2 Hipóteses de aplicação e limites do consequencialismo na in- terpretação jurídica.....	458
6.3.2.1 Peso das consequências no momento da interpretação jurídica.....	458
6.3.2.1.1 Expansão e calibragem de direitos indivi- duais	460
6.3.2.1.2 Princípios e políticas	473
6.3.2.2 Avaliação das consequências.....	483
6.3.3 Avanços em relação ao formalismo jurídico e aos demais méto- dos consequencialistas atuais	498
6.3.3.1 Pertinência entre meios normativos e consequências esperadas	499
6.3.3.1.1 Custos de transação e avaliação da prova	499
6.3.3.1.2 Custos de transação e penas restritivas de direito	514
6.3.3.2 Predição de comportamentos racionalmente espera- dos	518
6.4 Considerações finais do capítulo	541
CONCLUSÃO	543
BIBLIOGRAFIA.....	547